

## **PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE À LUZ DA MEMÓRIA SOCIAL.**

Justificativa: Na atualidade os fenômenos violência e criminalidade nas múltiplas modalidades interpessoais têm alcançado índices alarmantes, exigindo de diferentes setores análises e ações mais efetivas que assegurem o equilíbrio do ordenamento social. A experiência da violência tem acarretado em diferentes atores e núcleos sociais perturbações no funcionamento psíquico, marcando-o de tal forma, que influencia na mobilização adequada das defesas psíquicas, impedindo a elaboração da experiência sofrida. Desta forma podemos dizer que posterior a experiência traumática ocorre uma ruptura da confiança interna, resultando em estados de fragilidade, desamparo e consciência precária de si mesmo. Considerando estas questões pesquisas têm sido realizadas no âmbito acadêmico objetivando debater e contribuir para a visibilidade desse fenômeno de crescente ascensão inclusive no espaço doméstico, considerado um lócus de segurança existencial. A proposta do simpósio em tela é apresentar algumas das plurais vertentes da discussão sobre a violência e criminalidade. Para tal utilizaremos posições teóricas da Psicologia e do campo da Memória Social como suporte para análise das narrativas produzidas pelos sujeitos entrevistados, como também do levantamento bibliográfico realizado. O primeiro trabalho apresenta, a partir da análise do discurso de mulheres vítimas de violência conjugal, a constatação de que existem protocolos de gênero, transmitidos de forma geracional da mãe para a filha, atuando como dispositivos mnêmicos para a manutenção da submissão feminina frente à violência conjugal, terreno fértil para à criminalidade contra a população feminina. O segundo trabalho discute o crime passionai, aqui entendido como a expressão de uma paixão enlouquecida fundamentada no delírio de autonomia de posse absoluta do outro como objeto exclusivo de amor, considerando as representações apresentadas por agentes de segurança pública frente à temática propriamente dita e seus sentimentos frente ao criminoso. Ouvir a angústia que grita dentro dos agentes de segurança constitui instrumento fundamental para o processo de construção de modelos de segurança pública mais humanizada, contemplando não apenas o outro, mas também aquele agente que a executa. A possibilidade de dar voz a agentes de segurança pública permite a constatação de que valores, preconceitos, estereótipos e representações sobre o crime e o criminoso se misturam, interferindo diretamente na conduta e, também, vida privada destes agentes. Já o terceiro trabalho investiga como o processo de reclusão de criminosos incide, quase sempre, no segmento da população de perfil construído socialmente pelas características pobreza, origem étnica e local de habitação que estigmatiza esse contingente social, como perigoso à sociedade, tornando-o presa fácil dos aparatos policial e judicial. Pretende-se ainda refletir sobre o sujeito praticante da violência, especificamente o crime, demarcando as condições do percurso de vida do criminoso em termos das situações de violência a que se submeteu, tanto pela ausência de acesso aos bens culturais, quanto pela falta de condições mínimas de sobrevivência como educação, saúde, habitação e segurança. Entendemos que viver desse modo, considerado uma espécie de travessia por experiências traumáticas, pode suscitar saídas pela prática de ações violentas em que ocorre a reprodução impensada de situações vividas de violência. A proposta de simpósio em questão pretende contribuir para as profícuas discussões que eclodem no cenário nacional assolado pela emergência crescente da violência e criminalidade.

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**PROTOCOLOS SOCIALIZADORES E SUBMISSÃO FEMININA NAS  
RELAÇÕES CONJUGAIS VIOLENTAS.** *Maria de Fátima Scaffo* (Faculdade  
Internacional Signorelli)

A educação transmitida no seio familiar pode ser vista como a primeira experiência de assimetria nas relações interpessoais. Como principal agente de transmissão do legado cultural, a mãe empreende sobre sua filha ensinamentos acerca do que seja o ser mulher, o que não deixa de ser um cerceamento da liberdade pela imposição de regras de ordenamento, de disciplinarização e de controle na reprodução de sistemas de hierarquização, modelação de corpos dóceis aplicação de princípios morais calcados na ideia de correção de erros. O objetivo deste estudo foi examinar as influências da transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero de mãe para filha como dispositivo de submissão feminina frente à violência conjugal. Em suas práticas cotidianas, a mãe pode colocar-se em posição de transmitir para a filha protocolos de submissão em relação à violência na esfera das relações conjugais. Estes protocolos interferem na construção da autonomia da mulher se tornando reforçadores da posição subserviente manutenção no lugar servil frente ao cônjuge. Cabe ressaltar que esse processo conta com princípios extraídos da lógica de controle histórico sobre o feminino, percurso que prima pela imposição de violência de princípios autoritários, justificados por códigos nem sempre explícitos. Observou-se também que o patriarcado foi desde os primeiros esboços de sociedade a principal referência de organização de lugares sociais, na qual a mulher sempre ocupou um lugar secundário ao longo da história da humanidade, salvo raríssimas e breves exceções. Portanto, sob a égide da igreja, do discurso médico e da ideologia patriarcal a mulher teve sua natureza construída como frágil e incapaz de se autogerir, concepção que só alcançou um questionamento de peso na década de 1970 através do Movimento Feminista. Sabe-se que a função desse aparato é distanciar a mulher, pela submissão, de ser um agente histórico na construção de seus arranjos subjetivos e consequente singularização. Aprisionada pelos protocolos socializadores que lhe foram imputados a mulher submete-se em nome da harmonia familiar e naturaliza a violência que lhe é perpetrada em função da força dos traços mnêmicos dos protocolos recebidos, os quais reedita irrefletidamente. Apesar de a mulher ter alcançado espaços sociais mais amplos, inserção no mercado de trabalho e independência financeira, se mantém ainda presa aos velhos padrões que privilegiam ser esposa e mãe, mesmo vivendo relações conjugais insatisfatórias e até violentas. Desta forma, a transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero pode ser considerada um dos aspectos geradores da submissão feminina frente à violência conjugal ainda na atualidade.

Apoio financeiro: CAPES

Palavras chave: Transmissão de Protocolos. Violência. Submissão Feminina.

Pesquisador - P

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMES PASSIONAIS: UMA PERCEPÇÃO DA ANGÚSTIA.** *Andrea Soutto Mayor (Universidade Estadual do Rio de Janeiro -UERJ / Universidade Estácio de Sá -UNESA, Rio de Janeiro, RJ)*

Muito se discute sobre crimes passionais, os motivos que levam alguém a argumentar que matou por amor. Crimes passionais povoam manchetes de jornais, programas de televisão e especialistas e a sociedade de modo geral questionam: Por que se mata por amor? Será que realmente se mata por amor? **Objetivo:** investigar a partir do levantamento de literatura as representações dos agentes de segurança pública sobre o crime passionai. **Discussão:** Uma das vertentes mais aceita, segundo o levantamento de literatura efetuado, é a de que os crimes passionais ocorrem muito freqüentemente em indivíduos que não apresentavam comportamentos muito diferentes ou entendidos como doentios. Ou seja, o crime passionai pode ser cometido por qualquer um que, sob o jugo da paixão, perde o controle sobre seus próprios atos. E é exatamente essa possibilidade de perder o controle que assusta a todos, especialmente os agentes de segurança pública que se deparam diuturnamente com os crimes passionais e suas próprias emoções. Considerando que o amor é, muito frequentemente, sentimento experienciado por todos, assim como os ciúmes em uma relação amorosa, os agentes de segurança pública, ao se depararem com o crime passionai se deparam também com a concretização de um ato – o matar – que, em algum momento, pode ter passado por seu imaginário. O matar, no crime passionai, pode ser entendido como a expressão de uma paixão enlouquecida fundamentada no delírio de autonomia de posse absoluta do outro com objeto exclusivo de amor. Ao não ter suas incontáveis e rígidas necessidades atendidas, ao perceber que o corpo, alma e pensamentos do outro não lhe pertencem totalmente, a passionalidade emerge e, em nome do amor, o crime se instaura. Inicialmente apenas como difusa possibilidade, a partir da percepção de que o outro não irá atender integralmente suas demandas, a possibilidade se aproxima do real. Paixão e loucura se misturam com enorme facilidade quando o indivíduo sucumbe a sentimentos de controle, ciúmes e possessividade. Matar torna-se a derradeira forma de manter para si próprio o alvo de todo aquele pobre e louco amor. **Resultados:** Preliminarmente concluiu-se que valores, preconceitos, estereótipos e representações sobre o crime e o criminoso se misturam, interferindo diretamente na conduta e, também, vida privada dos agentes de segurança. **Considerações finais:** Ouvir a angústia que grita dentro dos agentes de segurança constitui instrumento fundamental para o processo de construção de modelos de segurança pública mais humanizada, contemplando não apenas o criminoso, mas também aquele agente que a executa.

Palavras chave: Agentes de Segurança Pública, crimes passionais, amor.

Pesquisador - P

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

## **A CRIMINALIZAÇÃO DO EXCLUÍDOS: A RECLUSÃO DOS SEGREGADOS.**

*Francisco Ramos de Farias (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO)*

Objetivos: demonstrar como o processo de reclusão de criminosos incide, quase sempre, no segmento da população de perfil construído socialmente pelas características pobreza, origem étnica e local de habitação que estigmatiza esse contingente social, como perigoso à sociedade, tornando-o presa fácil dos aparatos policial e judicial. Pretende-se ainda refletir sobre o sujeito praticante da violência, especificamente o crime, demarcando as condições do percurso de vida do criminoso em termos das situações de violência a que se submeteu, tanto pela ausência de acesso aos bens culturais, quanto pela falta de condições mínimas de sobrevivência como educação, saúde, habitação e segurança. Viver desse modo, considerado uma espécie de travessia por experiências traumáticas, pode suscitar saídas pela prática de ações violentas em que ocorre a reprodução impensada de situações vividas de violência. Porém, muitas vezes, essas condições passam despercebidas em seu caráter de violência, no caso, de violência sofrida. Material e Método: Para tanto, fez-se incursões etnográficas em presídios do Estado do Rio de Janeiro, no sentido da construção de um material a partir dos dados divulgados pelo DEPEN. No âmbito metodológico, valemo-nos do método de produção de narrativas convocando os agentes infratores a falarem sobre o ato praticado. Análise de dados: Da análise realizada conclui-se que, os moradores de determinadas regiões de grandes centros urbanos, uma vez expostos a condições precárias, devido a ausência do Estado em termos de políticas públicas, produzem ações que respingam no contexto das relações sociais. Daí então o Estado comparece com seu aparato legal e disso as consequências são a punição pela exclusão com restrição de direitos de liberdade, na crença de que, utilizando estratégias repressoras, propiciará a redenção do criminoso, pelo sofrimento decorrente do exercício de reflexão acerca do dano causado. Valemo-nos das contribuições do campo da Memória Social na interpretação das narrativas produzidas em protótipos de histórias de vida construídas sobre situações de violência sofrida e também de ações criminosas praticadas com a consequência da detenção daqueles que, dificilmente, tem acesso à Justiça. Resultados: Preliminarmente conclui-se que, muitos criminosos ingressam no crime de forma alienada, sem reflexão crítica acerca das consequências da prática de ações criminosas. Por isso, uma vez excluídos do acesso aos serviços de assistência relativos às políticas públicas, são incluídos no sistema prisional, onde serão segregados. Conclusão: Uma vez nessas condições, além da condenação pelo crime, essas pessoas são também condenadas a não terem mais chances de ascensão social, devidos aos estigmas decorrentes da condição de egressos do sistema penitenciário.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras chave: criminalização, exclusão, segregação

Pesquisador - P

JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal